



8 de Março 2016

# notícias

## ESPECIAL MÊS DA MULHER



# MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE *sem violência e livre de preconceitos*



## Bancárias e suas conquistas

As bancárias são pioneiras de importantes conquistas, como a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

A luta da categoria resultou na realização do II Censo da Diversidade do setor financeiro, organizada em conjunto entre representantes dos trabalhadores e dos bancos, e foi realizado no primeiro semestre de 2014.

O II Censo permitiu constatar que as mulheres apresentam maior escolaridade comparado aos homens nos bancos. No I Censo, realizado em 2008, 71,2% das bancárias tinham curso superior completo. No último levantamento, as bancárias com essa formação subiram para 82,5%. No caso dos homens, esse aumento foi de 64,4% para 76,9%.

Apesar de investirem mais nos estudos, as mulheres continuam ganhando menos do que a parcela masculina. Nos seis anos que separam os dois censos, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens caiu somente 1,5%. O rendimento médio mensal delas em relação ao deles era de 76,4% em 2008 e agora é de 77,9%.

“As mulheres têm a mesma capacidade de liderança e mais estudo que os homens, portanto, para acabar com essa desigualdade, uma de nossas reivindicações é que os bancos discutam com os trabalhadores e criem Planos de Cargos e Salários, para que todos tenham as mesmas chances de ascensão profissional”, reforça Aline.

**D**ia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, é celebrado durante todo o mês, com atividades e manifestações por igualdade de direitos. Desta vez, as mulheres cutistas trabalham como eixo central o tema: “Mulheres na política em defesa da democracia, construindo uma sociedade justa e igualitária, sem violência e livre de preconceitos. Não ao retrocesso!”.

No Brasil as mulheres representam metade da população, estão cada vez mais presentes no mercado formal de trabalho e ocupam espaços na política nacional, porém, esses números ainda estão longe da representação necessária. A luta das mulheres cutistas resultou em uma importante conquista: a paridade na direção da maior central sindical do país, eleita em

2015. Conquista essa fruto de anos da mobilização sindical feminina.

Já a FETEC-CUT/SP, em seu último Congresso, realizado em novembro, elegeu pela primeira vez uma mulher para estar à frente da entidade, em seus 26 anos de existência. Aline Molina, bancária do Itaú, foi eleita por unanimidade e presidirá a entidade até 2018.

“É muito importante que nós mulheres ocupemos os espaços políticos, em todas as instâncias. Somos metade da população do Brasil, e na categoria bancária, somos 48%, mas nossa representação ainda está longe da igualdade com os homens. Nossa luta por uma sociedade justa é desafiadora, mas estamos dispostas a enfrentar e conquistar mais avanços, além de evitar retrocessos”, afirma a presidenta da entidade.



Acima, ao centro, Aline Molina. Da esquerda para a direita: Isabel Machado, Ivone Silva, Juvândia Moreira, Crislaine Bertazzi, Dalva Radeschi, Jackeline Machado, Madalena Nizoli, Rozangela Lorenzetti, Tânia Souza, Malu Silva, Inês Ogando, Ana Ramos e Adma Gomes

# Na luta contra o RETROCESSO



## VIOÊNCIA CONTRA A MULHER



**E**stão em tramitação projetos que são verdadeiros retrocessos para a sociedade, como os Projetos de Lei 6583/2013 e 5069/2013, entre outros. Entidades de representação feminina lutam para evitar que tais perdas de direitos.

O primeiro, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), havia sido arquivado, mas foi desenterrado em 2014 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Mais conhecido como “Estatuto da Família”, o documento afirma que: “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. O que fere os direitos, já adquiridos, por casais homoafetivos, por exemplo.

“Esse PL não representa a sociedade brasileira que passou por profundas mudanças nas últimas décadas. Não existe mais regra na formação da família”, afirma Crislaine Bertazzi, diretora de Políticas Sociais da FETEC-CUT/SP. Dados do IBGE de 2010, mostram que família formada por homem, mulher e filhos, corresponde a 50% no Brasil. O aumento de divórcios e separações foram fatores que contribu-

íram muito com essa estatística. Além disso, muitos lares são monoparentais, ou seja, formados apenas pelo pai ou pela mãe.

Outro tema cheio de tabus no país é o aborto. O PL 5069/2013 que torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, especialmente por parte de profissionais de saúde, é de autoria do próprio Eduardo Cunha, que justifica que a: “A legalização do aborto vem sendo imposta a todo o mundo por organizações internacionais inspiradas por uma ideologia neo-malthusiana de controle populacional, e financiadas por fundações norte-americanas ligadas a interesses super-capitalistas (...)”. Porém, esse projeto tem impacto direto no atendimento às vítimas de violência sexual.

“Essa proposta é absurda, pois dificulta o acesso ao aborto já legalizado no Brasil e o atendimento regulamentado pela Lei 12.845/2013, que trata sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual”, reforça Crislaine, que completa: “O aborto deve ser debatido com seriedade para evitar que milhares de mulheres pobres morram todos os anos no país. Não devemos criminalizar as mulheres, que devem ter o direito de decidir sobre seu corpo”.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011, mais de 70% das mulheres em todo o mundo sofreram algum tipo de violência de gênero ao longo da vida. Além disso, mostra que mulheres com idade entre 15 e 44 anos apresentaram maior risco de sofrer violência sexual e doméstica do que de serem vítimas de câncer, acidentes de carro ou malária.

No Brasil, dados apresentados, em 2013, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, apontavam que a cada 12 segundos uma mulher é vítima de violência. Fatos como esses reforçam a importância de investimentos no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Em nosso país, as mulheres vítimas de violência têm uma importante ferramenta de denúncias, o Disque 180. Criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o instrumento é um canal direto para denúncias e orientações sobre direitos e serviços públicos.

Desde 2014, as denúncias são encaminhadas para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. É importante ressaltar que a ligação é gratuita de qualquer cidade do Brasil e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. Além disso, é garantido o anonimato do denunciante.

### Lei Maria da Penha

As vítimas de violência também tem a seu favor a Lei Maria da Penha, que completa 10 anos em setembro deste ano. Essa importante ferramenta ampliou o rigor das punições de agressores de companheiras e ex-companheiras, com o intuito de coibir a violência doméstica.

### Outras iniciativas

Para o enfrentamento à violência, o governo federal lançou, em 2013, o Programa Mulher Viver sem Violência, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, o programa teve a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira inaugurada no início de fevereiro em Campo Grande (MS). O programa oferece atendimento integrado e humanizado, com equipe psicossocial, delegacia, juizado, defensoria e promotoria.